

LUÍS A. CARVALHO FERNANDES
*Professor Jubilado da Faculdade de Direito
da Universidade Católica Portuguesa*

TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL

VOL. II

FONTES, CONTEÚDO E GARANTIA
DA RELAÇÃO JURÍDICA

5.^a edição
revista e actualizada



UNIVERSIDADE CATÓLICA EDITORA
Lisboa 2010

ÍNDICE

BIBLIOGRAFIA DO AUTOR

PRINCIPAIS ABREVIATURAS

PARTE II FONTES DA RELAÇÃO JURÍDICA

TÍTULO I O FACTO JURÍDICO EM GERAL

367. Noção de facto jurídico	13
368. Diversidade dos factos jurídicos	15
369. Factos jurídicos naturais e factos jurídicos humanos	16
370. Factos jurídicos humanos não voluntários e factos materiais	17
371. Factos jurídicos voluntários e factos jurídicos extravoluntários	20
372. Noção e âmbito da categoria <i>acto jurídico</i>	20
373. Actos jurídicos simples e actos jurídicos complexos	21
374. Actos jurídicos positivos e actos jurídicos negativos	23
375. Actos jurídicos principais e actos jurídicos secundários	24
376. Actos jurídicos lícitos e actos jurídicos ilícitos	25
377. Actos jurídicos simples ou não intencionais e actos jurídicos intencionais	27
378. Actos jurídicos determinados e actos jurídicos indeterminados	28

TÍTULO II O NEGÓCIO JURÍDICO

SUBTÍTULO I Preliminares

CAPÍTULO I NOÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO

379. A formação da categoria	31
380. O negócio jurídico como acto da autonomia privada	32

381. Papel da vontade no negócio jurídico: preliminares	36
382. O conteúdo da vontade funcional: o debate doutrinal.	38
383. O conteúdo da vontade funcional: posição adoptada.	45
384. Súmula da posição adoptada: noção de negócio jurídico	50
385. Importância do negócio jurídico	51

CAPÍTULO II

MODALIDADES DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS

386. Razão de ordem.	55
387. Negócios singulares e negócios plurais.	56
388. Negócios unilaterais, negócios bilaterais e negócios plurilaterais	57
389. Noção de contrato.	63
390. Negócios solenes e negócios não solenes.	66
391. Negócios reais e negócios não reais (consensuais)	68
392. Negócios reais, obrigacionais, familiares e sucessórios	73
393. Negócios recipiendos e negócios não recipiendos.	75
394. Negócios inter vivos e negócios mortis causa	77
395. Negócios patrimoniais e negócios não patrimoniais	81
396. Negócios onerosos e negócios gratuitos	82
397. Negócios comutativos e negócios aleatórios	85
398. Negócios a título universal e negócios a título singular	86
399. Referência a outras classificações.	87

CAPÍTULO III

A FORMAÇÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO

SECÇÃO I

GENERALIDADES

400. Razão de ordem.	89
------------------------------	----

SECÇÃO II

O SISTEMA DO CÓDIGO CIVIL

401. Formação do negócio unilateral.	92
402. Formação do contrato: negócios entre presentes e entre ausentes	92
403. Formação do contrato: a proposta; noção, modalidades, requisitos e natureza jurídica.	94
404. Formação do contrato: a proposta; eficácia.	95
405. Formação do contrato: aceitação, rejeição e contraproposta.	98
406. Formação do contrato: o consenso	100
407. O princípio da boa fé na formação do negócio e a noção de <i>culpa in contrahendo</i>	104

SECÇÃO III

O SISTEMA DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS GERAIS

408. Colocação do problema	106
409. O problema no sistema jurídico português	108
410. Noção e características.	109
411. Âmbito de aplicação.	111
412. Formação do contrato singular	113
413. A tutela do aderente: cláusulas proibidas.	116
414. A tutela do aderente: a acção inibitória	119

SECÇÃO IV
OUTROS SISTEMAS

415. Contratos celebrados fora do estabelecimento comercial.	121
416. Contratos celebrados por autómatos	125
417. Contratos à distância	127
418. Contratos do comércio electrónico	128
419. Contratos proibidos	133
420. Referência sumária a processos de contratação legalmente atípicos.	136

CAPÍTULO IV
SISTEMATIZAÇÃO DA MATÉRIA

421. Sistematização adoptada	139
422. Sistematização e sede legal da matéria	140
423. Plano de estudo	142

SUBTÍTULO II
Pressupostos do negócio jurídico

424. Generalidades.	145
-----------------------------	-----

CAPÍTULO I
AS PARTES

425. Noção de <i>parte</i>	147
426. Noção de <i>terceiros</i>	149
427. Requisitos relativos às partes; remissão.	153
428. Autonomia do conceito de capacidade negocial	153
429. Consequências da falta de legitimidade	155

CAPÍTULO II
O OBJECTO NEGOCIAL

430. Noção e requisitos do objecto negocial.	159
431. A licitude	160
432. A possibilidade	162
433. A determinabilidade	165
434. Efeitos da falta de requisitos do objecto negocial.	165

SUBTÍTULO III
Estrutura do negócio jurídico

CAPÍTULO I
PRELIMINARES

435. Os elementos da estrutura do negócio jurídico	167
436. Papel da vontade e da declaração: colocação do problema.	168
437. Papel da vontade e da declaração: o debate doutrinário	169

438. Papel da vontade e da declaração: posição adoptada	176
439. O problema no Código Civil.	179

CAPÍTULO II

A VONTADE

SECÇÃO I

NOÇÃO E REQUISITOS

440. O negócio jurídico como acto voluntário	183
441. A noção de vontade normativa	184
442. Declarações de vontade e declarações de ciência	186
443. Requisitos da vontade negocial	187
444. Regime da vontade no Código Civil	189

SECÇÃO II

FALTA DE VONTADE

445. Coacção física: noção	190
446. Coacção física: efeitos.	191
447. Falta de consciência da declaração: noção	192
448. Falta de consciência da declaração: efeitos	194
449. Declarações não sérias: noção e modalidades	194
450. Declarações não sérias: efeitos	195

SECÇÃO III

VÍCIOS NA FORMAÇÃO DA VONTADE

DIVISÃO I

GENERALIDADES

451. Modalidades de vícios na formação da vontade	198
452. Breve referência à lesão e aos vícios redibitórios	199
453. Consequências dos vícios na formação da vontade	200

DIVISÃO II

MODALIDADES DE VÍCIOS NA FORMAÇÃO DA VONTADE

SUBDIVISÃO I

O ERRO

§ 1.º

REGIME COMUM

454. Noção e modalidades do erro	202
455. Requisitos comuns de relevância do erro: generalidades	205

456. Requisitos comuns de relevância do erro: a causalidade	206
457. Requisitos comuns de relevância do erro: a propriedade	209
458. Requisitos comuns de relevância do erro: a desculpabilidade	210
459. Requisitos comuns de relevância do erro: a individualidade	211
460. Requisitos comuns de relevância do erro: a tipicidade	212
461. Requisitos relativos ao declaratário	213

§ 2.º

O ERRO SIMPLES

462. Erro sobre a pessoa do declaratário e erro sobre o objecto negocial	215
463. Erro sobre a base do negócio	217
464. Erro sobre os motivos	220

§ 3.º

O ERRO QUALIFICADO POR DOLO

465. Noção e modalidades do dolo	222
466. Relevância do dolo	226
467. Efeitos do dolo; regime do dolo irrelevante	228
468. Confronto com o regime do erro simples	230

SUBDIVISÃO II

O MEDO

§ 1.º

NOÇÃO E CAUSAS DO MEDO

469. Noção de medo	232
470. Causas do medo	233

§ 2.º

A COACÇÃO MORAL

471. Noção	234
472. Elementos da coacção moral: a ameaça de um mal	235
473. Elementos da coacção moral: a ilicitude da ameaça	236
474. Elementos da coacção moral: a intencionalidade da ameaça	238
475. Requisitos de relevância da coacção moral	238
476. Temor reverencial	240

§ 3.º

O ESTADO DE NECESSIDADE

477. Noção	241
478. Relevância do estado de necessidade	242

SUBDIVISÃO III

A USURA

479. Noção	244
480. Elementos da usura: a situação de inferioridade do declarante.	245
481. Elementos da usura: a excessividade ou injustificação do benefício	247
482. Elementos da usura: a intenção ou consciência de explorar a situação de inferioridade	248
483. Autonomia do vício da usura	249
484. Regime do negócio usurário	250

SECÇÃO IV

A SUBSTITUIÇÃO E A CONJUGAÇÃO DE VONTADES

485. Generalidades	254
--------------------------	-----

DIVISÃO I

A REPRESENTAÇÃO EM GERAL

486. Noção de representação e suas modalidades	256
487. Figuras afins da representação	257
488. Efeitos da representação	261
489. Modalidades da representação	262
490. Contrato consigo mesmo	263

DIVISÃO II

A REPRESENTAÇÃO VOLUNTÁRIA

491. Noção e fontes da representação voluntária	266
492. Noção de procuração	267
493. Regime da procuração	268
494. Representação sem poderes	271
495. Abuso de representação	274

CAPÍTULO III

A DECLARAÇÃO

SECÇÃO I

NOÇÃO E MODALIDADES DA DECLARAÇÃO

496. Noção de declaração	277
497. Modalidades da declaração	279
498. Declaração expressa e declaração tácita	280
499. Declaração tácita, declaração presumida e declaração ficta	284
500. Valor declarativo do silêncio	286

SECÇÃO II

FORMA DA DECLARAÇÃO

501. Noção de forma.	289
502. Distinção entre forma e formalidades	290
503. Formalidades <i>ad substantiam</i> e formalidades <i>ad probationem</i>	291
504. O princípio da liberdade de forma	292
505. Forma legal, forma convencional e forma voluntária.	294
506. Regime da forma legal.	295
507. Âmbito da forma legal.	299
508. Regime do vício de forma	300
509. Regime da forma voluntária	303
510. Regime da forma convencional.	304

CAPÍTULO IV

DIVERGÊNCIAS ENTRE A VONTADE E A DECLARAÇÃO

SECÇÃO I

PRELIMINARES

511. Colocação do problema.	307
512. Modalidades de divergências; razão de ordem	308

SECÇÃO II

DIVERGÊNCIAS INTENCIONAIS ENGANOSAS

DIVISÃO I

A SIMULAÇÃO

§ 1.º

NOÇÃO E MODALIDADES

513. Noção de simulação.	310
514. Simulação fraudulenta e simulação inocente	311
515. Simulação absoluta e simulação relativa	312
516. Simulação subjectiva e simulação objectiva	315

§ 2.º

REGIME JURÍDICO

517. Prova da simulação.	316
518. Valor do negócio simulado	319
519. Valor do negócio dissimulado.	319
520. Legitimidade para arguir a simulação: regime geral	325
521. Regime de arguição da simulação por terceiros.	326
522. Inoponibilidade da simulação a terceiros	330
523. Conflitos entre terceiros perante a simulação: exposição do problema.	335
524. Conflitos entre terceiros perante a simulação: posição adoptada	339

§ 3.º

FIGURAS AFINS DA SIMULAÇÃO

525. Razão de ordem.	344
526. A errada qualificação do negócio jurídico	345
527. A interposição real de pessoas	346
528. O negócio fiduciário	347
529. O negócio indirecto.	358

DIVISÃO II

A RESERVA MENTAL

530. Noção	361
531. Modalidades.	362
532. Efeitos	362

SECÇÃO III

DIVERGÊNCIAS NÃO INTENCIONAIS

533. O erro na declaração: noção e modalidades.	364
534. Erro na declaração: requisitos de relevância	368
535. Erro na declaração: efeitos	369
536. Erro na transmissão da vontade	371
537. Erro no entendimento	373

CAPÍTULO V

A CAUSA

538. Delimitação da matéria; polissemia da palavra <i>causa</i>	377
539. A causa do negócio jurídico; preliminares	378
540. Causa objectiva e causa subjectiva	379
541. Causa objectiva e causa subjectiva: posição adoptada	380
542. Causa, motivos antecedentes e fim mediato.	381
543. Regime da causa	382
544. Importância da causa	384
545. Negócios causais, negócios abstractos e negócios com causa presumida	386

SUBTÍTULO IV

Conteúdo do negócio jurídico

CAPÍTULO I

PRELIMINARES

546. Noção de conteúdo	389
547. Razão de ordem.	390
548. Sede legal da matéria	391

CAPÍTULO II FORMAÇÃO DO CONTEÚDO

SECÇÃO I

O PAPEL DA VONTADE NA FORMAÇÃO DO CONTEÚDO

549. Generalidades	393
550. Liberdade de celebração	394
551. Liberdade de selecção do tipo negocial	397
552. Liberdade de estipulação	398
553. Classificação dos negócios jurídicos em função do papel da vontade	398

SECÇÃO II

O PAPEL DA LEI NA FORMAÇÃO DO CONTEÚDO

554. Colocação do problema	402
555. O papel das normas dispositivas	403
556. A eficácia sancionatória das normas imperativas	405
557. A eficácia mediata das normas imperativas	406
558. Noção	409
559. Condição e pressuposição	410
560. Importância da condição	412
561. Modalidades das condições	413
562. Condições próprias e condições impróprias	414
563. Condições suspensivas e condições resolutivas	415
564. Condições idóneas e condições inidóneas	415
565. Condições de momento certo e condições de momento incerto	417
566. Condições potestativas, casuais e mistas	418

DIVISÃO II

REGIME DA CONDIÇÃO

567. Aponibilidade da condição	420
568. Relevância da condição na eficácia do negócio	421
569. Efeitos da aposição da condição: generalidades	422
570. Pendência da condição	423
571. Verificação e não verificação da condição	424
572. Efeitos da verificação e da não verificação da condição	426

SECÇÃO II

O TERMO

573. Noção	428
574. Modalidades do termo	429
575. Aponibilidade do termo	431
576. Regime do termo	432

SECÇÃO III

O MODO

577. Noção	434
578. Aponibilidade do modo	435
579. Regime do modo	435
580. Distinção entre modo e condição	436

SECÇÃO IV

OUTROS ELEMENTOS ACIDENTAIS DO NEGÓCIO JURÍDICO

581. A cláusula penal	439
582. A cláusula de equidade	440
583. Outras cláusulas acessórias	441

CAPÍTULO IV
DETERMINAÇÃO DO CONTEÚDO

SECÇÃO I

INTERPRETAÇÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO

584. Colocação do problema	443
585. Noção e objecto da interpretação	445
586. A solução de direito positivo; regime geral.	447
587. Elementos da interpretação	450
588. A indeterminação do sentido do negócio	451
589. Especialidades dos negócios formais.	452
590. Especialidades do testamento	454
591. Especialidades dos contratos de adesão.	455

SECÇÃO II

INTEGRAÇÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO

592. Noção de integração	457
593. Admissibilidade da integração	459
594. Elementos da integração	460
595. Especialidades dos negócios formais.	462
596. Especialidades do testamento	462
597. Especialidades dos contratos de adesão.	463

SUBTÍTULO V
Função do negócio jurídico

CAPÍTULO I
PRELIMINARES

598. Colocação do problema	465
599. Distinção entre validade e eficácia	466
600. Razão de ordem.	468

CAPÍTULO II
EFICÁCIA DO NEGÓCIO JURÍDICO

601. Generalidades.	469
--------------------------	-----

SECÇÃO I
PRODUÇÃO DOS EFEITOS

602. Sentido da expressão	471
603. Modo de produção dos efeitos; remissão	472
604. Modalidades dos efeitos	472
605. Oponibilidade dos efeitos	473

SECÇÃO II
MODIFICAÇÃO DOS EFEITOS

606. Sentido da expressão e modalidades	475
607. Modificação por alteração das circunstâncias	476

SECÇÃO III
CESSAÇÃO DOS EFEITOS

608. Razão de ordem.	479
609. Resolução	480
610. Revogação	481
611. Denúncia	482

CAPÍTULO III INEFICÁCIA DO NEGÓCIO JURÍDICO

SECÇÃO I

VALORES NEGATIVOS

SUBSECÇÃO I

NOÇÕES GERAIS

612. Quadro dos valores negativos.	485
613. Autonomia da inexistência jurídica e seu regime jurídico	487
614. Irregularidade.	491

SUBSECÇÃO II

INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO

DIVISÃO I

NOÇÃO E MODALIDADES

615. Noção de invalidade.	492
616. As chamadas <i>invalidades mistas</i>	494
617. Modalidades da invalidade	495
618. Distinção entre nulidade e anulabilidade	498

DIVISÃO II

REGIME JURÍDICO DA INVALIDADE

619. Razão de ordem.	500
------------------------------	-----

SUBDIVISÃO I

ARGUIÇÃO DA INVALIDADE

620. Legitimidade de arguição.	502
621. Tempo de arguição.	503
622. Modo de arguição	504
623. Efeitos da invalidade e tutela de terceiros.	507

SUBDIVISÃO II

CONVALESCENÇA DO NEGÓCIO JURÍDICO INVÁLIDO

624. Modalidades.	513
625. Validação.	513
626. Caducidade do direito de arguir o vício	514
627. Confirmação	515

SUBDIVISÃO III
Aproveitamento do Negócio Jurídico Inválido

628. Generalidades.	517
-----------------------------	-----

§ 1.º

A INVALIDADE PARCIAL

629. Colocação do problema	518
630. Invalidade parcial e eficácia mediata de normas imperativas	519
631. Invalidade parcial e integração	521
632. A redução como modalidade da invalidade parcial.	522
633. Regime jurídico da redução	525
634. Redução comum e redução legal.	527

§ 2.º

A CONVERSÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO

635. Breve nota histórica; colocação do problema	528
636. Construção jurídica da conversão	531
637. Âmbito de aplicação.	533
638. Pressupostos da conversão	534
639. Requisitos da conversão	535
640. Arguição da convertibilidade	537
641. Conversão comum e conversão legal.	539
642. Figuras afins da conversão	540

SECÇÃO II

INEFICÁCIA STRICTO SENSU

643. Noção e modalidades.	542
644. Inoponibilidade	543
645. Impugnabilidade	544

TÍTULO III
O ACTO JURÍDICO SIMPLES

CAPÍTULO I
NOÇÃO E MODALIDADES

646. Generalidades.	547
647. Noção de acto jurídico simples	548
648. Modalidades do acto jurídico simples	550

CAPÍTULO II
REGIME DO ACTO JURÍDICO SIMPLES

649. Generalidades	553
650. Sede legal da matéria	554
651. Regime das operações jurídicas	555
652. Regime dos quase-negócios jurídicos	558

PARTE III
CONTEÚDO DA RELAÇÃO JURÍDICA

TÍTULO I
PRELIMINARES

653. Noção de conteúdo	563
654. Razão de ordem	564
655. Sede legal da matéria	566

TÍTULO II
AS SITUAÇÕES JURÍDICAS

SUBTÍTULO I
AS SITUAÇÕES JURÍDICAS ACTIVAS

CAPÍTULO I
O DIREITO SUBJECTIVO

SECÇÃO I
NOÇÃO DE DIREITO SUBJECTIVO

656. Colocação do problema	567
657. Teorias negativistas	568
658. A teoria da vontade	572
659. A teoria do interesse	573
660. As teorias ecléticas	574
661. A teoria do Prof. Gomes da Silva	575
662. A teoria do poder jurídico	577
663. Posição adoptada	579

SECÇÃO II
MODALIDADES DO DIREITO SUBJECTIVO

664. Direitos subjectivos absolutos e direitos subjectivos relativos	582
665. Direitos a uma conduta de outrem e direitos potestativos	584
666. Direitos subjectivos patrimoniais e direitos subjectivos não patrimoniais	587
667. Direitos subjectivos transmissíveis e direitos subjectivos não transmissíveis	588
668. Referência a outras classificações	588

SECÇÃO III

CONTEÚDO DO DIREITO SUBJECTIVO

669. Noção de conteúdo	590
670. Análise do conteúdo do direito subjectivo	593
671. A faculdade de disposição e o conteúdo do direito subjectivo	595
672. Distinção entre actos de disposição e actos de administração	595

SECÇÃO IV

EXERCÍCIO DO DIREITO SUBJECTIVO

DIVISÃO I

NOÇÃO E MODALIDADES

673. Noção de exercício do direito	604
674. Modalidades de exercício do direito; enunciação	605
675. Exercício instantâneo e exercício duradouro	606
676. Exercício facultativo e exercício obrigatório	606
677. Exercício pessoal e exercício representativo	607
678. Exercício singular e exercício colectivo	608
679. Exercício causal e exercício formal	610

DIVISÃO II

LIMITES AO EXERCÍCIO DO DIREITO

680. Generalidades	612
681. Limites intrínsecos: contenção no conteúdo	613
682. Limites intrínsecos: confinação ao objecto	614
683. Limites extrínsecos: a colisão de direitos	615
684. Limites extrínsecos: abuso do direito; caracterização	621
685. Limites extrínsecos: regime jurídico do acto abusivo	630

CAPÍTULO II

FIGURAS AFINS DO DIREITO SUBJECTIVO

686. Interesses reflexamente protegidos, interesses indirectamente protegidos e interesses difusos	637
687. Expectativa jurídica	640
688. Poder funcional	641

SUBTÍTULO II

AS SITUAÇÕES JURÍDICAS PASSIVAS

CAPÍTULO I

NOÇÃO E MODALIDADES DA VINCULAÇÃO JURÍDICA

689. Noção de vinculação	643
690. Dever jurídico	644

691. Obrigação	645
692. Sujeição	647
693. Submissão	649

CAPÍTULO II FIGURAS AFINS DA VINCULAÇÃO

694. Obrigação natural	651
695. Ónus	654

SUBTÍTULO III VICISSITUDES DAS SITUAÇÕES JURÍDICAS

CAPÍTULO I GENERALIDADES

696. Modalidades das vicissitudes	659
697. Fixação da terminologia	660

CAPÍTULO II EVOLUÇÃO OBJECTIVA

698. Constituição	663
699. Modificação	664
700. Extinção	666

CAPÍTULO III EVOLUÇÃO SUBJECTIVA

701. Aquisição; noção e modalidades	669
702. Modalidades de aquisição derivada	671
703. Perda e liberação	674
704. Relações entre a evolução objectiva e a evolução subjectiva; noção de transmissão	675

TÍTULO III INFLUÊNCIA DO TEMPO NAS SITUAÇÕES JURÍDICAS

CAPÍTULO I O TEMPO COMO FACTO JURÍDICO

705. Razão de ordem	679
706. Fontes de relevância do tempo	680
707. Cômputo do tempo	681
708. Interpretação de certas regras de fixação do tempo	684
709. Modalidades dos prazos	686
710. Modalidades da influência do tempo nas situações jurídicas	687

CAPÍTULO II PRESCRIÇÃO

SECÇÃO I NOÇÃO E MODALIDADES

711. Noção de prescrição	691
712. Âmbito da prescrição e não uso	694
713. Modalidades da prescrição	695
714. Prazos prescricionais	696

SECÇÃO II REGIME JURÍDICO

715. Razão de ordem	698
716. Relevância da vontade na fixação do regime da prescrição	698
717. Contagem do prazo prescricional	699
718. Suspensão da prescrição	700
719. Interrupção da prescrição	701
720. Invocação da prescrição	703

CAPÍTULO III CADUCIDADE

721. Noção de caducidade	705
722. Modalidades de caducidade	707
723. Regime da caducidade	708
724. Contagem do prazo de caducidade	709
725. Invocação da caducidade	710

PARTE IV A GARANTIA

TÍTULO I PRELIMINARES

726. Generalidades	713
727. Modalidades da garantia	714
728. Garantia pública e garantia privada	714
729. Garantia preventiva e garantia repressiva	716
730. Garantia específica e garantia substitutiva	716
731. Garantia directa e garantia indirecta	718
732. Indicação de sequência	719

TÍTULO II

GARANTIA PRIVADA

733. Generalidades	721
734. Acção directa	722
735. Legítima defesa.	725
736. Estado de necessidade	728
737. Direito de retenção	729
738. Excepção de não cumprimento	731
739. Meios específicos de tutela privada	732

TÍTULO III

GARANTIA PÚBLICA

740. Generalidades	735
741. Razão de ordem.	736
742. Acção de declaração	736
743. Acção de execução	738
744. Procedimentos cautelares	740
Índice Ideográfico	743